

E onde se lê:

Campos	Tipo	Tamanho	Descrição
Código da Empresa Averbação	Alfanumérico	1	Exemplo: 1- AT&M, 2- QUORUM, 3-GUEP, 4-ELT.... Utilizar "0" quando for a própria seguradora.
Número	Número	9	Número do Documento. Deve ser preenchido com zeros a esquerda caso tamanho menor que 9
Modelo	Número	2	Código do Modelo do Documento Fiscal SEFAZ (57-CTe ou 55-NFe ou 99-Outros)
Série	Número	3	Caso não informado valor padrão=001, preencher com zeros a esquerda caso tamanho menor que 3
CNPJ Emissor do documento "invertido"	Número	14	CNPJ Emissor do documento escrito de trás para frente
Código SUSEP seguradora	Número	5	Código SUSEP da seguradora, COM o dígito verificador
Mês/Ano (mmyy) Apólice	Número	4	Mês e ano da vigência final da apólice: mmyy. Exemplo: Apólice encerra 22/05/2017= 0517
Total		38	-

Leia-se:

Campos	Tipo	Tamanho	Descrição
Código SUSEP seguradora	Número	5	Código SUSEP da seguradora, COM o dígito verificador
Mês/Ano (mmyy) Apólice	Número	4	Mês e ano da vigência final da apólice: mmyy. Exemplo: Apólice encerra 22/05/2017= 0517
CNPJ Emissor do documento "invertido"	Número	14	CNPJ Emissor do documento escrito de trás para frente
Modelo	Número	2	Código do Modelo do Documento Fiscal SEFAZ (57-CTe ou 55-NFe ou 99-Outros)
Série	Número	3	Caso não informado valor padrão=001, preencher com zeros a esquerda caso tamanho menor que 3
Número	Número	9	Número do Documento. Deve ser preenchido com zeros a esquerda caso tamanho menor que 9
Código da Empresa Averbação	Alfanumérico	1	Exemplo: 1- AT&M, 2- QUORUM, 3-GUEP, 4-ELT.... Utilizar "0" quando for a própria seguradora.
Total		38	-

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 4, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 55, da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, com os valores estabelecidos no anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2018
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

RS1.00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
JANEIRO	640.000.000	118.289.820
ATÉ FEVEREIRO	1.060.000.000	236.579.639
ATÉ MARÇO	1.480.000.000	354.869.459
ATÉ ABRIL	1.900.000.000	473.159.278
ATÉ MAIO	2.320.000.000	591.449.098
ATÉ JUNHO	2.770.000.000	709.738.918
ATÉ JULHO	3.220.000.000	828.028.737
ATÉ AGOSTO	3.670.000.000	946.318.557
ATÉ SETEMBRO	4.120.000.000	1.064.608.376
ATÉ OUTUBRO	4.570.000.000	1.182.898.196
ATÉ NOVEMBRO	5.240.000.000	1.301.188.015
ATÉ DEZEMBRO	5.306.032.861	1.419.477.835

Nota: Esta programação não contém créditos especiais reabertos, e poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação de empenho ou créditos adicionais.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 4, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Cria a Secretaria de Direitos Humanos e de Direito Humanitário no âmbito do Ministério Público Militar

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XX e XXII da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Fica criada a Secretaria de Direitos Humanos e de Direito Humanitário como unidade de apoio vinculada ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça Militar.

Art. 2º Compete à Secretaria de Direitos Humanos e de Direito Humanitário auxiliar e assessorar o Procurador-Geral na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos e direito humanitário no âmbito de atuação do Ministério Público Militar, bem como na articulação, nacional ou internacionalmente, com órgãos públicos ou entidades privadas para a realização de iniciativas e projetos, e a celebração de acordos de cooperação ou congêneres afetos a sua competência.

Art. 3º Fica designada a Dra. NAJLA NASSIF PALMA, Promotora de Justiça Militar, para exercer, sem prejuízo de suas demais atribuições, o cargo de Secretária de Direitos Humanos e de Direito Humanitário, no âmbito do Ministério Público Militar.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIME DE CASSIO MIRANDA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

O Promotor de Justiça Adjunto do Distrito Federal e Territórios em exercício na 4ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, resolve:
Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SIS-PROWEB sob n.º 08190.018682/18-31, que tem como interessados: CLDF - CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, DEPUTADO DISTRITAL RICARDO VALE DA SILVA e MÁRCIA LOPES

DE OLIVEIRA VALE para apurar os indícios de violação aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, e ao disposto no enunciado da Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal, em virtude da nomeação de Márcia Lopes de Oliveira Vale, cunhada do Deputado Distrital Ricardo Vale da Silva, para exercer um cargo em comissão na Câmara Legislativa do DF.

ROBERTO CARLOS SILVA

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 10, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Aprova o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, nos termos do art. 55 da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, inciso XXXIX do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 55 da Lei n.º 13.473, de 2017 (LDO), combinado com o art. 8º, da Lei Complementar n.º 101, 4 de maio de 2000 (LRF), resolve: